



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO

CURRÍCULO DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO

**PARA A CONSTRUÇÃO DE  
APRENDIZAGENS ESSENCIAIS  
BASEADAS NO PERFIL DOS ALUNOS**

---

LISBOA, AGOSTO DE 2017

Maria do Céu Roldão  
Helena Peralta  
Isabel P. Martins

## ÍNDICE

---

<b>1</b>	<b>Introdução - contextualização</b>	pág. 03
<b>2</b>	<b>Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória</b>	pág. 05
<b>3</b>	<b>Referencial curricular para a construção das Aprendizagens Essenciais (AE) em articulação com o Perfil dos Alunos (PA)</b>	pág. 06
	3.1. Pressupostos curriculares do referencial	pág. 07
	3.2. Organização do Referencial Curricular para o Ensino Básico e para o Ensino Secundário - Operacionalização do PA nas AE das diferentes disciplinas/áreas curriculares	pág. 10
	3.3. Referencial curricular por disciplina/área - anos iniciais ( <i>template</i> )	pág. 12

DOCUMENTO DE TRABALHO - ESCOLAS DO PAFC

# 1. INTRODUÇÃO - CONTEXTUALIZAÇÃO

## 1.1 Contexto das políticas curriculares atuais

A situação curricular em Portugal tem sido marcada por uma diversidade cumulativa de produção de documentos, em datas e com abrangência distintas, não eliminando incoerências e inconsistências nos últimos 26 anos, acrescida, em parte, da dificuldade de promover uma macrorreforma curricular no tempo atual.

As macrorreformas de carácter global foram marcantes no último quartel do século XX em vários países, apostando na reorganização e modernização do currículo e na racionalidade da sua prescrição uniforme, quase sempre sustentadas em lógicas de experimentação - generalização, mas que mantinham a uniformidade como critério (por exemplo, em Portugal, a reforma Curricular Roberto Carneiro de 1989). Mas o tempo e a pertinência das macrorreformas de carácter uniformista desse tipo terminaram (Barroso, 1999). A massificação e alargamento da escolaridade e consequente crescimento da complexidade dos contextos têm vindo a requerer lógicas de proximidade e de adequação, estabelecendo, contudo, parâmetros curriculares definidores das aprendizagens comuns, não de cariz enciclopedista, mas dirigidas a uma capacitação e qualificação mais eficazes de todos os cidadãos, no plano económico e cívico.

No final do século XX e início do novo milénio, as políticas curriculares internacionais (dirigidas sobretudo à adequação das respostas curriculares à diversidade dos contextos pós-massificação e à garantia de índices de maior eficácia educativa generalizada) geraram, assim, transformações curriculares de natureza diversa, orientadas por lógicas de “binómio curricular”<sup>1</sup> (Roldão, 2008; OCDE 2013), que procuram, no essencial, harmonizar uma prescrição nacional comum com a autonomia curricular das escolas para decisões curriculares contextualizadas.

É neste quadro que se situa o início de uma redefinição, em curso, do Currículo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, mediante a construção de um Referencial

---

<sup>1</sup> A expressão “binómio cultural” (Roldão, 2000) reporta-se ao estabelecimento, comum às políticas curriculares internacionais dos anos 1990, de dois níveis de decisão e prescrição curricular – o nível nacional para a prescrição das aprendizagens essenciais comuns, e o local como espaço da autonomia curricular da escola na contextualização dessa prescrição nacional

Curricular, que tem como passos iniciais, até este momento, o estabelecimento do Perfil dos Alunos (PA) no final da escolaridade obrigatória ([Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, ME, 2017](#)) e o estabelecimento de Aprendizagens Essenciais (AE) no conjunto do currículo, orientadas por esse PA e articuladas entre si no plano horizontal e vertical. O presente documento reporta-se ao início deste processo, relativamente às AE definidas para os anos iniciais de cada ciclo.

Estes passos iniciais de um currículo que forme cidadãos para as décadas próximas do século XXI implicarão, a prazo, uma reformulação global do currículo nestes moldes, integrando ou reconvertendo gradualmente os múltiplos e sobrepostos referentes que se têm acumulado, dificultando uma melhor racionalização do trabalho dos professores e escolas e a mais efetiva aprendizagem de todos os alunos. Esta transformação no plano curricular assume-se como gradual e participada, existindo o cuidado de manter os referentes curriculares existentes enquanto se processa uma reconstrução curricular a prazo.

Os documentos curriculares de todas as disciplinas e áreas, numa perspetiva de currículo futuro, atualizada pelos referentes internacionais (Projeto Educação 2030, OCDE, 2016; *Repensar a Educação*, UNESCO, 2016; *Resumo de Políticas*, UNESCO, 2017) tendem, no plano das reconfigurações em curso noutros países, a evoluir para um formato menos prescritivo mas mais orientativo, incluindo clarificação de:

- finalidade e contributo de cada disciplina ou área na construção do Perfil dos Alunos,
- áreas temáticas/disciplina/ano/ciclo;
- construção das aprendizagens essenciais respetivas - integrando conhecimentos, capacidades e atitudes visadas, em consonância com o Perfil dos Alunos.
- *standards* de desempenho e seus níveis de progressão;
- recomendações relativas a operações cognitivas que os alunos deverão trabalhar nos diferentes conteúdos;
- recomendações relativas a atitudes e características que os alunos deverão desenvolver nos diferentes conteúdos e situações de ensino e de aprendizagem;
- orientações sobre tipos de estratégias de ensino adequadas às finalidades

enunciadas, em termos da promoção das aprendizagens essenciais.

Quando concluído este processo, o documento *Currículo do Ensino Básico e do Ensino Secundário* poderá vir a constituir-se, articulado com as opções resultantes da dimensão de autonomia curricular das escolas, como o referencial e a matriz das orientações curriculares do sistema.

Neste documento, ainda em construção, trabalha-se, segundo o esquema descrito acima, sobre a fase de **construção das Aprendizagens Essenciais** e estabelece-se uma base de referência para o modo de articulação das AE com o PA. O documento deverá ser confrontado e enriquecido com o trabalho das escolas que estarão voluntariamente envolvidas neste processo transformativo ao longo do próximo ano letivo.

## 2. PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA (PA)

O Documento [Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória](#), recentemente aprovado na sua versão final (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho) após largo período de consulta pública, constitui-se como o desiderato formativo assumido pelo sistema educativo, de acordo com as necessidades, perspetivas de desenvolvimento, visão e conceção democrática e capacitadora da educação, assumida como um direito efetivo de todos - valores assumidos pela sociedade portuguesa e plasmados no documento em apreço. Como em todos os sistemas educativos que se reclamam de um conceito de educação deste tipo, o Perfil dos Alunos à saída do sistema formal de ensino constitui a orientação curricular de referência para a construção de todos os outros passos e componentes do currículo.

### 3. REFERENCIAL CURRICULAR PARA A CONSTRUÇÃO DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS EM ARTICULAÇÃO COM O PERFIL DOS ALUNOS

O processo de construção curricular em que este documento se situa, enquadra-se assim num referencial curricular que expressa a visão de conjunto que concetualiza e dá sentido ao processo de desenvolvimento do currículo, incluindo a sua subsequente operacionalização e avaliação.

Esquema 1



### 3.1. Pressupostos curriculares do referencial

**3.1.1.** Um perfil final de um qualquer percurso curricular (neste caso da escolaridade obrigatória de 12 anos desenvolvida no ensino básico e no ensino secundário) é sempre expresso em competências gerais de saída - que manifestam o domínio e o uso do conhecimento adquirido e construído, o domínio de processos cognitivos de acesso ao saber, e a adoção de atitudes associadas às finalidades curriculares. Deve ser visto como um referencial educativo, de uma intencionalidade política assumida para todos, mas em que cada competência, a adquirir por todos, deverá ser equacionada e trabalhada tendo em conta contextos históricos, sociais, culturais, tecnológicos e científicos de cada situação. Esta atenção à diversidade dos sujeitos e contextos constitui uma das questões sensíveis no debate curricular atual. Assume-se nesta proposta que a consideração da diversidade será operacionalizada pelo trabalho pedagógico-didático diferenciado das escolas e dos professores, mas sempre dirigido à consecução comum dos diferentes patamares e dimensões do percurso curricular. Não se concebe em caso algum a diferenciação como um estabelecimento de percursos de nível diferente e previamente seletivo, mas como um caminho curricular e pedagógico-didático de construção de equidade, pela aproximação máxima de todos os aprendentes aos patamares curriculares comuns reconhecidos como essenciais (Roldão, 2003; Rodrigues, 2003; Sousa, 2010).

**3.1.2.** A articulação de um perfil de saída da escolaridade obrigatória, com as fases e elementos do currículo que a ele conduzem, é em si mesma uma questão de coerência curricular básica. Um currículo “desarticulado” na verdade afasta-se do próprio conceito teórico e prático de currículo enquanto percurso sistemático e organizado para a consecução de um conjunto intencional de aquisições e aprendizagens. O resultado expresso no Perfil dos Alunos será assim construído gradualmente ao longo do percurso curricular em causa, pela integração permanente de: (a) aquisição de sólidos conhecimentos; (b) capacidade de uso de processos eficazes de aceder ao conhecimento; (c) capacidade adquirida da sua mobilização; e (d) apropriação de atitudes, quer quanto ao próprio conhecimento, quer quanto à componente social e cidadã expressa no Perfil dos Alunos (PA).

**3.1.3.** A componente do referencial curricular que designamos por *Aprendizagens Essenciais (AE)* terá, assim, de expressar esta tríade de elementos

(conhecimentos, capacidades e atitudes) ao longo da progressão curricular, explicitando: (a) o que os alunos devem saber (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceitualmente, relevantes e significativos), (b) os processos cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento (operações/ações necessárias para aprender) e (c) o saber fazer a ele associado (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina - na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas -, num dado ano de escolaridade, integrados no ciclo respetivo e olhados na sua continuidade e articulação vertical.<sup>2</sup>

Esta explicitação, de acordo com o documento orientador (DGE, 2017), para apoio à construção das AE por disciplina, concretiza-se em enunciados integradores expressos em descritores de competências que operacionalizam as aprendizagens pretendidas. Incluem-se neste enunciado a identificação dos conhecimentos disciplinares e processos operacionais que lhes são próprios.

**3.1.4.** As AE, enquanto elementos do Referencial Curricular, apoiado no PA, deverão caracterizar-se assim (a) pela riqueza e solidez dos conteúdos - os indispensáveis para a construção significativa do conhecimento próprio de cada disciplina - e (b) pela riqueza dos processos cognitivos a desenvolver nos alunos para a aquisição desses conhecimentos.

**3.1.5.** O conceito de “emagrecimento curricular”, recorrente ao longo de várias reformas e em vários países, e atualmente expresso de novo no Projeto *Future of Education and Skills 2030*, da OCDE, (<http://www.oecd.org/edu/school/education-2030.htm>), não significa assim apenas uma redução de extensão de conteúdos declarativos, mas uma mudança de ótica curricular: substituição de acumulação enciclopédica enumerativa, pelo aprofundamento da complexidade do conhecimento que se elege como essencial. Neste sentido, o “menos” (rutura com o modo quantitativo-enciclopédico) passa a “mais” (ganhos qualitativos de solidez, uso e aprofundamento do conhecimento).

**3.1.6.** O pressuposto curricular básico é de que as AE correspondem ao que

---

<sup>2</sup> A definição curricular das aprendizagens por disciplina refere-se às áreas do conhecimento que constituem o currículo. A sua abordagem na prática de implementação implica e encoraja abordagens disciplinares e interdisciplinares, bem como a sua ligação a outros saberes. Refira-se a atual abordagem curricular centrada em projetos em alguns sistemas e contextos (p.e. Finlândia, 2013; Jesuítas da Catalunha, 2016) que, estruturando de um modo não disciplinar a organização do trabalho na escola, continua a ter como referenciais as matrizes de conhecimento das disciplinas científicas - o que se transforma é a sua organização no plano da implementação e organização das respetivas práticas de ensino e aprendizagem.

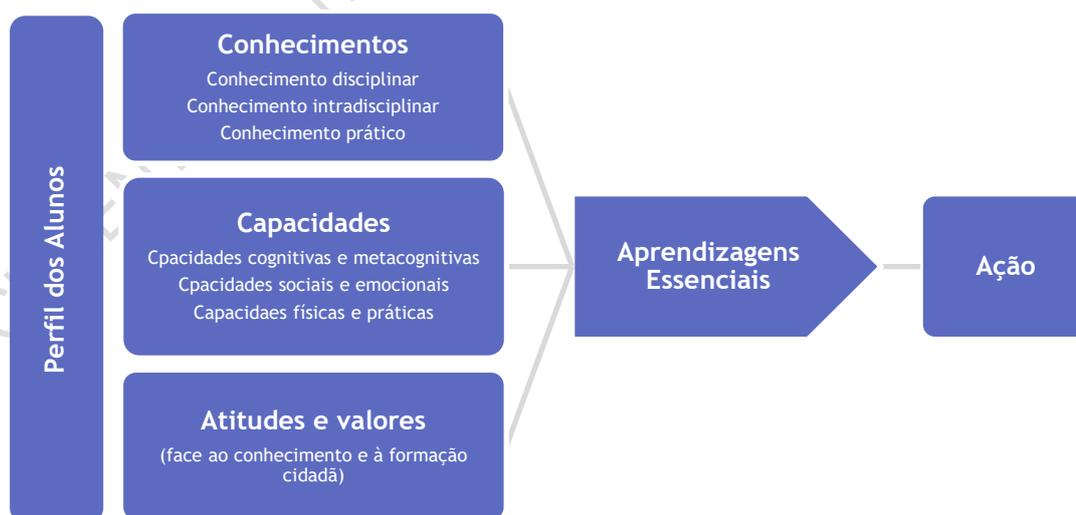
deve/pode ser aprendido por TODOS (porque a todos é necessário socialmente e porque é requerido pela própria sociedade - bases da legitimação social do currículo), embora com diversos níveis de consecução, que nunca dispensam a apropriação pelo aluno do essencial de cada AE. Não se poderão, em caso algum, reportar ao que apenas alguns conseguirão, naturalizando a exclusão de outros.

**3.1.7.** O desiderato expresso no ponto anterior exige que (a) se abandone o espontaneísmo de cariz fatalista de uma teoria dos dons combinada subtilmente com a do determinismo social, implícitas em muitas políticas e práticas, que aqui se recusa como inaceitável num quadro democrático; e (b) se explicita a responsabilidade dos professores através das suas estratégias, bem como da escola através da adequação da sua organização, nessa consecução. Este desiderato pode e deve ser sustentado no trabalho a desenvolver com as escolas envolvidas no Projeto-Piloto Autonomia e Flexibilidade Curricular no ano letivo de 2017/2018.

**3.1.8.** Em síntese, retoma-se e concretiza-se a visão de Aprendizagens Essenciais preconizada pela OCDE (IBIDEM, *Education 2030*).

## O QUE É QUE OS ALUNOS APRENDEM COM O REFERENCIAL CURRICULAR?

Esquema 2



### 3.2. Organização do Referencial Curricular para o Ensino Básico e o Ensino Secundário - Operacionalização do PA nas AE das diferentes disciplinas / áreas curriculares

O PA assume-se como o documento orientador de todo o processo de desenvolvimento curricular: *O perfil dos alunos no final da escolaridade obrigatória estabelece uma visão de escola e um compromisso da escola, constituindo-se para a sociedade em geral como um guia que enuncia os princípios fundamentais em que assenta uma educação que se quer inclusiva. Apresenta uma visão daquilo que se pretende que os jovens alcancem, sendo, para tal, determinante o compromisso da escola, a ação dos professores e o empenho das famílias e encarregados de educação. Professores, educadores, gestores, decisores políticos e também todos os que direta ou indiretamente têm responsabilidades na educação encontram neste documento a matriz para a tomada de decisão sobre as opções de desenvolvimento curricular, consistentes com a visão de futuro definida como relevante para os jovens portugueses do nosso tempo.* (PA, p.7).

Assim, o PA, a partir da enunciação de um conjunto de princípios, visão, valores e competências gerais, traça, em linhas gerais, o perfil do cidadão que a escola há de ajudar a produzir e lança pistas para o modelo de currículo que pode levar ao desenvolvimento desse cidadão. Esse modelo tem como centro os alunos e a aprendizagem *Educar ensinando para a consecução efetiva das aprendizagens - as aprendizagens são o centro do processo educativo. Sem boas aprendizagens, não há bons resultados.* (PA, p. 8).

O perfil assenta num conjunto de princípios e de valores que serão os elementos orientadores de um currículo focado em competências, sustentadas em conhecimentos sólidos, organizadas como aprendizagens essenciais. *Um perfil de competências assente numa matriz de conhecimentos, capacidades e atitudes deve ter as características que permitam fazer face a uma revolução numa qualquer área do saber e ter estabilidade para que o sistema se adapte e as orientações introduzidas produzam efeito.* (PA, p.8). Os alunos, à saída do ensino obrigatório, deterão, assim, um conhecimento essencial, indispensável e aprofundado do conteúdo das disciplinas integradoras do currículo, um conjunto de capacidades específicas determinantes da aquisição e uso desse conhecimento e um conjunto de competências e capacidades mais gerais que contribuirão para definir o

seu perfil como cidadãos.

O PA e as AE são, assim, documentos integradores do currículo do ensino básico e do ensino secundário. É, pois, indispensável que a sua articulação seja ela também integradora (dos elementos enunciados), coerente (com os princípios assumidos) e consistente com o modelo de currículo implícito no articulado do PA. O documento curricular designado por AE deverá, assim, explicitar para cada ano, de cada disciplina, os elementos definidores do conceito de AE, tal como a DGE as define (conhecimentos, capacidades e atitudes), os traços identificadores do desenvolvimento do PA (os traços do PA que se espera que cada disciplina ajude a desenvolver) e que, em síntese (visão, valores, competência), são identificados do modo que a seguir se explicita.

O esquema infra, que encerra este documento - ***Aprendizagens essenciais - articulação com o Perfil dos Alunos*** - procura explicitar as lógicas desta operacionalização e procura enquadrar e harmonizar a formulação das AE de todas as disciplinas, preservando contudo as suas especificidades.

### **3.2.1 Operacionalização/Harmonização das AE enquanto *referencial curricular comum* decorrente do PA**

Para operacionalizar as dimensões que integram os documentos que descrevem as Aprendizagens Essenciais, tal como atrás foram concetualizadas, referenciadas ao Perfil dos Alunos, enunciam-se os seguintes passos, nos quais se integra o trabalho até este momento já desenvolvido nas diferentes áreas e disciplinas:

- a) Apresentação do **racional específico da disciplina** (texto breve de introdução), contendo: identificação de ideias organizadoras e conceitos nucleares de cada disciplina curricular (por ano/ciclo), e explicitando a justificação curricular, os conceitos-chave que exige e os contributos gerais que traz ao PA, para o ano em causa, articulado com os descritores do perfil dos alunos.
- b) Tradução das dimensões do PA, nas AE de cada disciplina/ano, num conjunto **de descritores personalizados relativos a capacidades e atitudes a promover nos alunos**, visando construir as **competências previstas no PA**.

(coluna 4 - Vd *template* infra)

- c) Seleção, por ano/área das **aprendizagens essenciais da disciplina**, de acordo com o conceito atrás explicitado de AE, o racional da disciplina (referenciado em a)), bem como os pressupostos curriculares e o racional geral do currículo (**expressos no ponto 3**) e explicitando sempre os conteúdos que as suportam (colunas 1 e 2 - Vd *template* infra).
- d) Explicitação de **ações de ensino associadas aos descritores do Perfil dos Alunos** (coluna 4 - Vd *template* infra), articuladas com as AE (colunas 1 e 2 - Vd *template* infra), através de um conjunto de exemplos possíveis, de operacionalização diversa nas diferentes disciplinas (coluna 3 - Vd *template* infra), associadas ao desenvolvimento das operações requeridas para que o aluno adquira e aproprie as AE.
- e) Este referencial de dimensões referidas nas alíneas b), c) e d) e que integram as colunas 1, 2, 3 e 4 das AE (Vd *template* infra) não é exaustivo. Prevê-se a possibilidade e a necessidade de operacionalizar as estratégias de modo específico, tendo em vista a sua contribuição para diferentes dimensões do Perfil dos Alunos. Aqui adota-se apenas um guia de apoio a uma operacionalização que se deseja harmonizada e convergente, nunca uniforme.

As opções nesses domínios, bem como os descritores associados ao Perfil dos Alunos, são dos professores e seus coletivos. Esta tarefa deverá assumir-se como um trabalho de construção curricular na ação, a desenvolver nas escolas que integram o Projeto-Piloto Autonomia e Flexibilidade Curricular, no ano letivo 2017/2018, com apoio das equipas envolvidas, a diversos níveis.

### 3.3 Referencial curricular por disciplina/área - anos iniciais (*template*)

ANO | CICLO

# DISCIPLINA

## INTRODUÇÃO

ÁREAS DE  
COMPETÊNCIAS  
DO PERFIL DOS  
ALUNOS  
(ACPA)

**A**

Linguagens e textos

Informação e  
comunicação

**C**

Raciocínio e resolução  
de problemas

**D**

Pensamento crítico e  
pensamento criativo

**E**

Relacionamento  
interpessoal

**F**

Desenvolvimento  
pessoal e autonomia

**G**

Bem-estar, saúde e  
ambiente

**H**

Sensibilidade estética e  
artística

**I**

Saber científico,  
técnico e tecnológico

**J**

Consciência e domínio  
do corpo

DOCUMENTO DE TRABALHO - ESCOLAS DO PAFC



## REFERÊNCIAS

---

BARROSO, J. (org.) (1999). *A Escola entre o Local e o Global - Perspectivas para o Século XXI*. Lisboa: Educa.

RODRIGUES, D. (org.) (2003). *Perspectivas sobre a Inclusão - Da Educação à Sociedade*. Porto: Porto Editora.

ROLDÃO, M.C. (2000). O currículo escolar da uniformidade à contextualização - campos e níveis de decisão curricular. *Revista de Educação*, v. 9, n. 9, p. 81-92.

ROLDÃO, M.C. (2003). Diferenciação curricular e inclusão. In David Rodrigues (org.) (2003) *Perspectivas sobre a Inclusão - Da Educação à Sociedade*, pp. 151-166. Porto: Porto Editora.

ROLDÃO, M.C. (2008). A função curricular da escola e o papel dos professores: políticas, discurso e práticas de contextualização e diferenciação curricular. In *Atas do III Colóquio luso-brasileiro das questões curriculares*. Florianópolis, Brasil, Setembro de 2008.

SOUSA, F. (2010). *Diferenciação curricular e deliberação docente*. Porto: Porto Editora.

OECD (2013). *Trends shaping education*. Paris: OCDE.

UNESCO (2016). *Repensar a Educação - Rumo a um bem comum mundial?* Brasília: UNESCO.

UNESCO (2017). Competências de leitura, escrita e aritmética em uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. *Resumo de Políticas 7 do UIL*. UNESCO Institute for Lifelong Learning.